

Cuidados paliativos, o parente pobre do SNS

Discutir a situação dos cuidados paliativos num contexto de mudança imposto pelas novas regras de gestão, foi o propósito do II Simpósio da Associação Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP) que se realizou no passado dia 17, no Centro do IPO do Porto

À excepção dos centros do IPO e de uma ou outra experiência de assistência domiciliária, o «panorama dos cuidados paliativos continua a ser mau, pouco se tem evoluído e do discurso pouco se passou à prática». Em síntese, os cuidados paliativos são uma «área que quase não existe em Portugal», disse ao «TM» o Dr. Ferraz Gonçalves, oncologista responsável pela Unidade de Cuidados Continuados do Centro do IPO do Porto, a propósito do tema escolhido para este segundo seminário organizado pela

alguns pensam, é que os cuidados paliativos «não se dirigem apenas a um grupo restrito de pessoas» - todos os anos morrem cerca de 20 mil pessoas vítimas de cancro.

Investir é preciso

«É um problema de todos nós, é um problema geral da sociedade, é preciso tomar a decisão de investir», defendeu o Dr. Ferraz Gonçalves, acrescentando que esse investimento «nem sequer será

Dr. Ferraz Gonçalves: «Numa fase inicial (das SA) ninguém vai querer os cuidados paliativos, vai ser mais uma dificuldade a acrescentar às que já temos, pois vão ser vistos como uma fonte de despesa e, ao mesmo tempo, como algo que pode ser secundarizado em relação a outros serviços»

ANCP, a que preside. O tema da reunião - «Recursos para a Saúde, o princípio da justiça e os cuidados paliativos» - quis trazer à discussão o acesso e o direito a este tipo de cuidados, face às novas regras de gestão dos hospitais. Ou seja, a questão que se coloca é «como é que os cuidados paliativos vão ficar com as SA», partindo do pressuposto de que são uma «necessidade social». «Numa fase inicial, ninguém vai querer os cuidados paliativos, vai ser mais uma dificuldade a acrescentar às que já temos, pois vão ser vistos como uma fonte de despesa e, ao mesmo tempo, como algo que pode ser secundarizado em relação a outros serviços, mas espero que na fase seguinte a situação evolua um pouco», disse-nos o Dr. Ferraz Gonçalves. Até porque o problema, ao contrário do que

elevado, porque os cuidados paliativos até são mais baratos do que os outros cuidados». Portanto, o que é preciso é «vontade de querer avançar, isso é que é o mais importante».

O oncologista está convencido de que a sociedade ainda não tem a noção exacta

Os doentes também morrem

Perante a falta de unidades de cuidados paliativos, os doentes acabam por ser internados noutros serviços que «não têm vocação para os tratar», sem pessoas preparadas para atender às suas necessidades específicas. «Os doentes não são apenas abandonados quando são enviados para casa, mas também quando os deixam numa cama de hospital sem qualquer acompanhamento», diz o oncologista, admitindo que nem todos os profissionais de saúde «reconhecem o problema». Começar a falar de cuidados paliativos no ensino pre-graduado seria um «passo fundamental», pelo menos «chamava-se a atenção para o problema» e os futuros médicos saíam da faculdade a saber que os «doentes também morrem e que há meios específicos para atenuar o seu sofrimento». Neste momento, o *know how* existe apenas onde funcionam as unidades de cuidados paliativos, de resto «há pessoas que têm alguma curiosidade, vão a cursos que ministramos, mas estamos muito aquém daquilo que poderíamos estar a fazer».



«Os cuidados paliativos, pela sua extensão, necessitam de ser integrados num pacote básico de cuidados, não podemos deixar de fora as pessoas mais vulneráveis», defendeu o Dr. Ferraz Gonçalves

da dimensão deste problema, e por essa razão ainda não sentiu a necessidade de «pressionar o Governo» e as instituições competentes.

O argumento da despesa - aquele que se apresenta de modo mais evidente nos tempos que correm -, pode ser facilmente desmontável. Mesmo tendo por base que os recursos para a Saúde são, invariavelmente, escassos, os cuidados paliativos não deverão ser tratados como um acréscimo. «Quando falamos de despesa, devemos ter em conta que estes doentes já estão no sistema, eles vão à Urgência, estão

internados nos cuidados ditos de agudos, e com os cuidados paliativos não se pretende chamá-los para dentro do sistema, eles já lá estão, só que nos sítios errados», exemplificou o Dr. Ferraz Gonçalves, defendendo que se esses doentes fossem retirados dos serviços a que têm de recorrer por falta de alternativas, com certeza que também se melhorava o seu funcionamento, «deixando-os libertos para aquilo que têm por vocação fazer, sem misturar as coisas». Por outro lado, «o problema dos custos poder-se-ia colocar se as pessoas tivessem algum treino em cuidados paliativos, mas a realidade é que não têm formação e, portanto, não dispensam a estes doentes os cuidados de que necessitam», acrescentou o médico.

Na sua opinião, a resposta ao problema passa por fazer cumprir este *continuum*, o circuito do processo hospitalar, encaminhando os doentes para os cuidados paliativos quando deles necessitem, retirando-os das enfermarias e das Urgências. Antes da despesa, o que está em causa é um «problema de organização» do próprio circuito hospitalar.

Cuidados insuficientes

A questão da justiça distributiva, um dos temas escolhidos para este simpósio e que foi abordado pelo Prof. Rui Nunes, do Serviço de Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina do Porto, implica reconhecer que a distribuição de recursos, que «são sempre escassos» nos cuidados de saúde, é necessária, mas também que «é preciso estabelecer prioridades». E, na opinião do Dr. Ferraz Gonçalves, os «cuidados paliativos, pela sua extensão, necessitam de ser integrados num pacote básico de cuidados; não podemos deixar de fora as pessoas mais vulneráveis». O que seria um retrocesso naquilo que foram as conquistas da Medicina, do fazer chegar a um número cada vez maior de pessoas os cuidados de saúde a que têm direito, insiste o oncologista. «É preciso reconhecer que é um problema que existe, um problema grave», pois «estamos a trabalhar a 1% daquilo que seria necessário».

Paula Pinto de Carvalho